

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 213.869 - PA (2012/0163540-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : PAULO BOULHOSA TAVARES
ADVOGADO : ADRIANA RIBAS MELO E OUTRO(S) - PA009555
AGRAVADO : JOAQUIM NORONHA MENDES
ADVOGADO : BENEDITO RIBEIRO FERREIRA E OUTRO(S) - PA007106

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por PAULO BOULHOSA TAVARES contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Pará, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO ART. 557, CAPUT DO CPC. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. ART. 557, § 10, DO CPC. RECEBIMENTO COMO AGRAVO INTERNO. AUSENTE QUALQUER INOVAÇÃO NO PRESENTE AGRAVO INTERNO, QUANTO A SITUAÇÃO FÁTICO - JURÍDICA ESTAMPADA NA APELAÇÃO. DECISUM MONOCRÁTICO MANTIDO. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNANIME." (e-STJ, fl. 566)

Os embargos de declaração foram rejeitados, com aplicação de multa.

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação dos arts. 142, 267, 473, 535, 538 e 934 do Código de Processo Civil/73, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, nulidade do v. acórdão, porquanto o eg. Tribunal local teria permanecido omissos no tocante a questões suscitadas em sede de embargos de declaração, argumentando, em resumo, que *"o v. acórdão deveria ter se manifestado em relação a nulidade da sentença que foi proferida enquanto pendente de apreciação a exceção de suspeição oposta contra os serventuários da Comarca de Ponta de Pedras"; "ter se omitido em apreciar os efeitos da coisa julgada, objeto da segunda preliminar argüida em apelação, relativa ao acórdão nº 50.344 do TJE-PA, que foi prolatado no agravo de instrumento interposto contra a decisão inicial que negou a liminar de embargo da obra nunciada, e que determinou ao Juízo a quo que proferisse decisão de mérito, realizando a produção de provas para formulação de sua convicção"; e "é ainda patente a negativa de prestação jurisdicional assim como a*

violação ao devido processo legal em relação ao mérito da causa, que não analisou o segundo fundamento da demanda, fulcrada também no art. 934, III do CPC, em razão da obra nunciada não possuir alvará de licença" (e-STJ, fls. 597/598).

Alega, ainda, que a) "*seja declarada a nulidade da sentença, que foi proferida enquanto pendente exceção de suspeição*" (e-STJ, fl. 601); b) "*não poderia ser extinto o processo sem julgamento do mérito, uma vez que o recorrente escolheu o procedimento adequado para tentar impedir a construção em terreno vizinho que invadiu a sua propriedade*" (e-STJ, fl. 604); e c) o afastamento da multa aplicada nos embargos declaratórios.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

O recurso em apreço merece prosperar.

Compulsando os autos, infere-se que contra o v. acórdão que negou provimento à apelação interposta por PAULO BOULHOSA TAVARES, o ora recorrente, opôs embargos de declaração alegando omissão quanto a) "*(...) a nulidade da sentença que foi proferida enquanto estava pendente de apreciação incidente de exceção de suspeição oposto contra os serventuários da Comarca de Ponta de Pedras*" ; b) "*a nulidade suscitada na apelação relativa a violação a coisa julgada*" ; e c) "*a decisão embargada, foi omissa ao deixar sem resposta o segundo fundamento da demanda, obra construída sem autorização do Poder Público, art. 943, III, do CPC, fato que não foi apreciado pelo Juízo a quo e nem pelo TJE-PA*" (e-STJ, fls. 577/579). .

Por sua vez, o eg. Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ-PA) rejeitou os aclaratórios sem, *data venia*, examinar os temas ora transcritos, o que caracteriza omissão, como se infere da leitura do v. acórdão às fls. 584/590.

Nessa perspectiva, deixando o eg. TJ-PA de examinar questão nevrálgica ao

desate do litígio, fica caracterizada a violação ao art. 535 do CPC/73.

Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. LIMITAÇÃO DE COBERTURA. INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (IFPD) E INVALIDEZ LABORATIVA PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (ILPD). INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. APOSENTADORIA. ÓRGÃO PREVIDENCIÁRIO. PERÍCIA. NECESSIDADE.

(...)

4. O acórdão recorrido não se manifestou sobre questões essenciais para o julgamento da causa, pressuposto indispensável para o exame do recurso especial, motivo pelo qual reconhece-se a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil.

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 952.515/SC, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 02/06/2017 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Violação ao art. 535 do Código de Processo Civil configurada. Acórdão estadual que não enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia. Existência de ponto omissivo relativamente à conduta da agravada, cuja elucidação mostra-se relevante para o deslinde da controvérsia, a qual gira em torno da existência de responsabilidade da empresa de transporte com relação aos eventos danosos suportados pela agravada

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 197.146/BA, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 23/02/2016 - grifou-se)

Nesse senda, deve ser reconhecida a violação ao art. 535 do CPC/73, para anular o v. acórdão (fls. 584/590) que julgou os aclaratórios (fls. 576/583), e determinar o retorno dos autos ao eg. TJ-PA para novo julgamento dos embargos de declaração, como entender de direito, sanando o vício ora reconhecido.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento parcial ao recurso especial, reconhecendo a

Superior Tribunal de Justiça

violação ao art. 535 do CPC/73, a fim de anular o v. acórdão que julgou os aclaratórios e determinar o retorno dos autos ao eg. Tribunal de Justiça do Estado do Pará para promover novo julgamento dos embargos de declaração, como entender de direito, sanando o vício ora reconhecido, ficando prejudicada a análise das demais questões.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator